

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2022**

Senhores Acionistas,

A Administração da Construtora Adolpho Lindenberg S.A. ("Companhia" ou "CAL") encaminha a presente proposta da administração ("Proposta") relacionada à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 04 de abril de 2022 ("Assembleia"), em observância ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("IN CVM 481").

Considerando o interesse da Companhia, a Administração apresenta as seguintes recomendações em referência às matérias incluídas na ordem do dia da mencionada Assembleia:

1. Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) Apreciar as contas da diretoria e o relatório anual da administração da Companhia, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021:

Conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2022, a Administração da Companhia submete à apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração da Companhia, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, que serão publicadas em 04/03/2022 no jornal Diário Comercial, na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"). Os comentários dos administradores da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, seguem anexos à presente Proposta como Anexo I.

(ii) Deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021:

A Administração da Companhia propõe aos acionistas deliberar sobre a Destinação do Resultado Relativo ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2021 nos termos do Anexo II à presente Proposta.

(iii) Deliberar sobre a revisão e aprovação de orçamento de capital para o exercício social de 2022;

A Administração propõe aprovação do orçamento de capital indicado no Anexo III.

(iv) Deliberar sobre a remuneração dos administradores da Companhia:

A Administração da Companhia propõe uma remuneração anual e global para os administradores no exercício social de 2022 de até R\$6.750.000,00 (seis milhões, setecentos e cinquenta mil reais) nos termos dos Anexos IV e V da presente Proposta.

(v) Eleger os membros do Conselho de Administração

A Administração da Companhia propõe deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do Anexo VI à presente Proposta.

2. Em Assembleia Geral Extraordinária:

(vi) Alterar o jornal de escolha da Companhia para o Jornal “Valor Econômico” para as publicações legais;

(vii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia.

ÍNDICE

ANEXO	PÁGINA
Anexo I – Comentários dos Administradores da Companhia	04
Anexo II – Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício	31
Anexo III - Proposta dos Administradores para o Orçamento de Capital para 2022	38
Anexo IV - Proposta de Remuneração dos Administradores, conforme previsto na ICVM 481, Artigo 12, Inciso I	39
Anexo V - Proposta de Remuneração dos Administradores, conforme previsto na ICVM 481, artigo 12, inciso II	40
Anexo VI - Indicação de Administradores para ocupar cargos de Membros Efetivos do Conselho de Administração da Companhia, conforme previsto na IN CVM 481, Artigo 10	52

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO I

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2022

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Em atenção ao item 10.1 do Formulário de Referência – IN CVM 480/09, seguem os comentários dos Diretores da Companhia:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em linha com o planejamento estratégico da Companhia para o ano de 2021, a Construtora Adolpho Lindenberg realizou o lançamento de 2 empreendimentos em 2021, totalizando um VGV Potencial de R\$ 799,5 milhões sendo R\$ 174,5 milhões na participação da CAL (participação média 21,8%) e total de 27.364 mil m² de área privativa. Os empreendimentos lançados em 2021 foram: (i) Praça Lindenberg – Fase Macurapé lançado em maio (2T21), VGV total de R\$ 526,7 milhões e na participação da CAL de R\$ 79,0 milhões, com localização na capital de São Paulo, segmento residencial de alto padrão, composto de 118 unidades e com 18.092 mil m² de área privativa, e; (ii) Lindenberg Groenlândia 77 lançado em novembro (4T21), VGV total de R\$ 272,8 milhões e na participação da CAL de R\$ 95,5 milhões, com localização na capital de São Paulo, segmento residencial de alto padrão, composto 29 unidades e com 9.272 mil m² de área privativa. O mercado imobiliário, no alto padrão, especialmente de São Paulo, apresentou cenário positivo durante o ano de 2021, apesar de cenário externo desfavorável (principalmente no 2º semestre do ano) devido a alta da taxa de juros atingindo patamares elevados, seja pela crise provocada pelo Covid-19, apesar do avanço da vacinação no estado. Permanecemos otimistas para o cenário do mercado imobiliário de alto padrão em São Paulo no decorrer do ano de 2022, mas também cautelosos de forma que é importante destacar que os próximos lançamentos dependerão principalmente da demanda do mercado e das condições do cenário econômico no país.

As vendas líquidas totais somaram R\$ 189,7 milhões no 4T21, aumento de 104,3% quando comparado com o 4T20. A participação da CAL totalizou R\$ 64,9 milhões (34,2% das vendas totais) aumento de 89,6% quando comparado com o 4T20. Vale informar que não ocorreram distratos no 4T21 e que as vendas do trimestre tiveram o maior volume do ano e desse novo ciclo da Companhia iniciado em 2019. Em 2021, as vendas líquidas totais atingiram R\$ 402,3 milhões, crescimento expressivo de 101,9% em relação ao ano de 2020. A participação CAL totalizou R\$ 145,0 milhões (36,0% das vendas

totais), crescimento de 110,8% quando comparado com o ano de 2020. Esses valores reforçam mais uma vez a capacidade de execução e a qualidade dos produtos desenvolvidos pela CAL. A velocidade de vendas totais (“Velocidade sobre Oferta” – VSO) totalizou 16,6% e na participação da CAL totalizou o valor de 18,1% no encerramento do 4T21. Em 2021, a velocidade de vendas totais (VSO) totalizou 32,4%, redução de 1,0 pp. em relação ao ano de 2020, e na participação CAL, a velocidade de vendas totais (VSO) atingiu 39,0% em 2021, aumento de 9,1 pp. quando comparado com o ano de 2020. Esses índices mantêm a retomada operacional da Construtora Adolpho Lindenberg em níveis saudáveis, com impacto positivo também para os resultados dos próximos trimestres devido ao andamento das obras.

O estoque de unidades a valor de mercado referente às incorporações realizadas pela Construtora Adolpho Lindenberg no encerramento do 4T21 totalizou R\$ 890,6 milhões, sendo R\$ 227,1 milhões referente à parte CAL com participação média de 25,5% do total (controladas e coligadas). Os estoques da CAL estão concentrados e distribuídos em unidades residenciais de alto padrão, sendo que 95,3% do estoque total está alocado na capital de São Paulo e 4,7% no interior de São Paulo, o que demonstra a manutenção do foco e reforço da Companhia no segmento de sua atuação.

O banco de terrenos (Land Bank) no encerramento do 4T21, totalizou um VGV Total potencial de R\$ 560,9 milhões, sendo R\$ 466,2 milhões parte CAL (média de 83,1% de participação do total controladas e coligadas), composto por 3 terrenos na capital de São Paulo para projetos residenciais em localização premium de alto padrão, totalizando mais de 192 unidades, todos em processos de diligência jurídica e com expectativas de lançamento nos próximos 18 meses, que reforça a manutenção do novo ciclo operacional e o foco regional de atuação no alto padrão da Companhia. Manteremos a nossa busca pela excelência da qualidade, com o cumprimento dos prazos e dos custos dos empreendimentos, que são alguns dos principais atributos pelos quais a Construtora Adolpho Lindenberg é amplamente reconhecida no mercado.

O volume de obras totalizou 101,8 mil m² no encerramento do 4T21, compostos por 6 obras residenciais (sendo 5 localizadas na capital de São Paulo e 1 no interior de São Paulo), total de 420 unidades em construção. Com a retomada de lançamentos deste novo ciclo ao longo do ano de 2020, a Construtora Adolpho Lindenberg começa a reportar indicadores em linha com o histórico da Companhia. Por outro lado, vale reforçar que, conforme o planejamento estratégico da Companhia definido em 2019, mesmo considerando a crise resultante da pandemia e seus impactos, estamos acompanhando de perto todas as movimentações do mercado imobiliário e as incertezas refletidas na economia e na política conforme já sinalizado em 2020 e, tendo em vista a capacidade de adaptação a diferentes cenários do nosso modelo de negócios, da qualidade da operação e a consistência operacional, os resultados seguem dentro do esperado pela Companhia e com manutenção de ótimas perspectivas.

A Receita Líquida totalizou R\$ 19,7 milhões no encerramento do 4T21, crescimento de 43,4% em relação ao 4T20. No acumulado de 2021, a Receita Líquida atingiu R\$ 73,0 milhões, aumento expressivo de 143,0% quando comparado com o ano de 2020. Já o Resultado Bruto foi de R\$ 7,6

milhões para uma Margem Bruta de 38,7% ao final do 4T21, crescimento de 88,9% e 9,3 pp. quando comparado com o 4T20. Nos doze meses de 2021, o Resultado Bruto atingiu R\$ 25,6 milhões para uma Margem Bruta de 35,1%, crescimento de 364,4% e 16,7 pp. em relação ao ano de 2020. Vale informar que mesmo num período de pressão inflacionária nos insumos relacionados as commodities como aço, ferro, alumínio e PVC, todas sensíveis ao dólar, impactando diretamente nos custos de construção, a Companhia apresentou crescimento na margem bruta em 2021, ou seja, estamos conseguindo repassar a inflação com acréscimo nos preços de vendas, principalmente por atuarmos no segmento de alta renda na cidade de São Paulo. Outro ponto relevante a se destacar é que no nosso segmento de atuação o custo total de construção na composição global dos custos é menor que nos segmentos de média e baixa renda, devido aos elevados valores de custo de terreno por sua costumeira localização premium. O EBITDA atingiu R\$ 3,9 milhões para uma Margem EBITDA de 19,6% ao final do 4T21, redução de 0,5% e 8,7 pp. em relação ao 4T20. Nos 12M21, o EBITDA totalizou R\$ 13,8 milhões para uma Margem EBITDA de 18,8%, crescimento de 259,6% e 6,1 pp. em relação aos 12M20. Importante informar dois fatos importantes: (i) com a retomada dos lançamentos, a Companhia iniciou a apropriação imobiliária da receita operacional, oriunda das unidades comercializadas em 2020, que contribuiu fortemente com o crescimento da Receita Líquida, Resultado Bruto e Margem Bruta e; (ii) o crescimento do resultado de Equivalência Patrimonial, através dos empreendimentos Lindenberg Reserva Itaim, lançado no 2T20, do empreendimento Praça Lindenberg fase Clodomiro lançado no 4T20, do empreendimento Praça Lindenberg fase Macurapé lançado no 2T21 e do empreendimento Lindenberg Groenlândia 77 lançado no 4T21, que possuem controle compartilhado. O Resultado Líquido totalizou R\$ 3,6 milhões para uma Margem Líquida de 18,2% ao final do 4T21. No acumulado de 2021, o Resultado Líquido totalizou R\$ 7,5 milhões para uma Margem Líquida de 10,2% ao final de 2021, crescimento de 284,3% e 3,8 pp. quando comparado com o mesmo período de 2020. O ROE (“Return on Equity”) trimestral totalizou 408,1% e o ROE anual atingiu 226,1% no encerramento do 4T21.

O Resultado à Apropriar, referente às incorporações realizadas pela Construtora Adolpho Lindenberg pelo método do percentual de conclusão totalizou R\$ 12,6 milhões, com Margem REF (“Resultado do Exercício Futuro”) esperada de 35,0% sobre a parcela de produtos vendidos que estão em construção no encerramento do 4T21, aumento de 7,1 pp. quando comparado com o 4T20 e aumento de 0,3 pp. em relação ao 3T21. A atual Margem REF indica tendência da Margem Bruta futura da operação da Construtora Adolpho Lindenberg, um patamar elevado, reflexo do padrão e qualidade dos produtos desenvolvidos pela Companhia, mesmo em um período econômico ainda desafiador que estamos enfrentando atualmente. Importante informar que o Resultado à Apropriar gerencial, ou seja, considerando também os empreendimentos não controlados pela Companhia totalizou R\$ 32,7 milhões, com Margem REF total (controladas e coligadas) gerencial esperada de 36,2% no encerramento do 4T21.

No modelo atual de estrutura de capital da Companhia, com participação minoritária nos projetos, uma importante fonte de receita e conseqüentemente de resultado para a Companhia são as receitas de taxas por prestação de serviços de administração da incorporação e de obra, onde temos uma

perspectiva de incremento com a retomada dos lançamentos e início das obras desde 2020. Os patamares de rentabilidade reportados são resultados de uma operação que reflete a atual situação da Companhia e dos esforços da Administração para manter a rentabilidade e o andamento dos projetos, nos custos e nos prazos contratados, com a racionalização das despesas comerciais e administrativas, de forma a obter o máximo de valor para nossos clientes e acionistas.

Sobre operação futura, a Construtora Adolpho Lindenberg continua focada no objetivo de manter uma estrutura de capital adequada e preparada para enfrentar um cenário futuro bastante promissor. Manteremos uma postura cautelosa no decorrer do ano de 2022, buscando equilibrar a colocação de novos produtos no mercado, priorizando aqueles com maior liquidez, de modo a preservar um nível de vendas e de rentabilidade adequados.

Resultado desse esforço da Administração alinhado com o planejamento definido em 2019, importante notar a retomada no ano de 2022, referente aos resultados do ano de 2021, da proposta de distribuição de dividendos no valor de R\$ 1,6 milhão, proposta essa a ser submetida a aprovação da Assembleia a ser realizada em 04/04/2022.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme Fato Relevante divulgado em 23/02/2022, a Construtora Adolpho Lindenberg celebrou, nesta data, “acordo de associação, investimento e outras avenças” (“Contrato”), com a EZTEC Empreendimentos e Participações S.A. (“EZ Tec”), por meio do qual irão estruturar uma sociedade a ser por eles controlada em conjunto, com o objetivo de desenvolver empreendimentos imobiliários, por meio da utilização das respectivas expertises, aportes de capital e aproveitamento de oportunidades de negócios, decorrentes das sinergias e complementariedade das atividades desenvolvidas por CAL e EZ Tec.

A Sociedade terá prazo de duração de 6 (seis) anos e contará com investimentos diretos das partes no valor estimado de R\$130.000 nos primeiros dois anos. Espera-se que a Sociedade, denominada EZ-CAL, durante o prazo de 6 (seis) anos, desenvolva empreendimentos com um valor geral de vendas (VGV) de R\$1.750.000, no padrão e com o uso das marcas e gestão pertencentes à CAL, sem comprometer a continuidade dos negócios e investimentos da EZ Tec em seus empreendimentos próprios e demais parcerias no mercado.

A transação compreenderá ainda (a) uma operação privada de capitalização da CAL e (b) a cessão de um bônus de subscrição à EZ Tec que dará direito à subscrição de novas ações de emissão da CAL, após um prazo mínimo de 4 (quatro) anos contados desta data, mediante pagamento do preço por ação aplicável diretamente à CAL. Caso exercida tal opção de subscrição, a EZ Tec passará a compartilhar o controle da CAL com a Lindenberg Investimentos Ltda., seu atual acionista controlador, por meio de um acordo de acionistas a ser celebrado entre os dois. A capitalização e a emissão da opção de subscrição serão oportunamente submetidas à aprovação dos acionistas da CAL em assembleia geral, nos termos da lei.

O fechamento da transação está sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais para esse tipo de operação e estabelecidas no contrato, entre as quais está a aprovação da Transação pelo Conselho Nacional de Defesa da Concorrência – CADE.

A CAL e a EZ Tec manterão seus acionistas e o mercado em geral atualizados e informados sobre os desdobramentos da transação, incluindo a capitalização e a opção de subscrição, o cumprimento das condições precedentes e seu consequente fechamento.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A estrutura de capital da Companhia, em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 era composta da seguinte forma:

(Em R\$ milhões)	31/12/2019	%	31/12/2020	%	31/12/2021	%
Capital de Terceiros	R\$ 0,00	0%	R\$ 34,00	92%	R\$ 87,1	90%
Capital Próprio ¹	R\$ 1,00	100%	R\$ 3,00	8%	R\$ 9,2	10%
Total	R\$ 1,00	100%	R\$ 37,00	100%	R\$ 96,3	100%

(1) Capital Próprio corresponde ao patrimônio líquido da Companhia.

(i) hipóteses de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria da Companhia entende que nossas principais fontes de recursos são: (i) receitas provenientes dos serviços de construção e gerenciamento de construção prestados; (ii) receitas de assistência técnica; e (iii) receitas de unidades imobiliárias vendidas.

A Diretoria da Companhia acredita que os recursos existentes e a nossa geração de caixa operacional serão suficientes para as nossas necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros, no mínimo, pelos próximos 12 meses.

O EBITDA da Companhia atingiu R\$13,8 milhões, para uma Margem EBITDA de 18,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, crescimento de 259,6% e 6,1 pp. em relação ao mesmo período de 2020. Esse crescimento deve-se principalmente pela apropriação imobiliária da receita operacional, oriunda das unidades comercializadas e ao aumento da receita de prestação de serviços por conta da retomada do volume operacional dos empreendimentos lançados a partir de 2020.

O EBITDA da Companhia atingiu R\$3,8 milhões, para uma Margem EBITDA de 12,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, crescimento de 114,9% e 641,4 pp. quando comparado com o mesmo período de 2019. Esse aumento deve-se principalmente pela apropriação imobiliária da receita operacional, oriunda das unidades comercializadas e ao aumento da receita de prestação de serviços por conta da retomada do volume operacional dos empreendimentos lançados a partir de 2020.

O EBITDA da Companhia atingiu R\$25,6 milhões negativos, para uma Margem EBITDA negativa de - 628,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. A forte redução deve-se principalmente a redução da receita operacional, reflexo do baixo volume de obras, ocasionado pelo grande número de projetos entregues sem lançamentos na mesma proporção para compor novas receitas.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Captamos recursos por meio de novas receitas, buscamos parceiros financeiros para os projetos, e, adicionalmente, contratamos financiamentos bancários, quando necessário, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa em nível que acreditamos apropriado para o desempenho de nossas atividades.

Nosso endividamento era composto da seguinte forma nos períodos abaixo identificados:

(Em R\$ milhões)	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	R\$ 0,0	R\$ 33,7	R\$ 87,1
Contas a pagar a fornecedores	R\$ 0,5	R\$ 1,5	R\$ 3,3
Obrigações trabalhistas e tributárias	R\$ 1,6	R\$ 2,5	R\$ 6,4
Obrigações tributárias parceladas	R\$ 1,1	R\$ 0,8	R\$ 0,6
Obrigações com aquisição de terrenos	R\$ 34,7	R\$ 28,5	R\$ 25,7
Arrendamentos a pagar	R\$ 0,8	R\$ 0,5	R\$ 0,3
Dividendos a pagar	R\$ 0,0	R\$ 0,3	R\$ 1,6
Provisão para garantia de obras	R\$ 3,0	R\$ 1,6	R\$ 1,8

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia contratou a linha de crédito com garantia de alienação fiduciária de imóvel que conta com garantia representada pela cessão fiduciária de direitos creditórios da comercialização de unidades imobiliárias de empreendimentos de titularidade da cedente fiduciante, investida da controladora, com garantia dos recebíveis em controlada, conforme composição abaixo:

- (i) Em abril de 2021, o valor nominal de R\$ 10.000 sujeitas à variação do CDI, acrescida de 5,54% ao ano e cujo vencimento será em 18 parcelas mensais com a primeira em 01 de junho de 2022;
- (ii) Em julho de 2021, o valor nominal de R\$ 4.000 sujeitas à variação do CDI, acrescida de 5,54% ao ano e cujo vencimento será em 6 parcelas mensais com a primeira em 01 de agosto de 2022;
- (iii) Em setembro de 2021, o valor nominal de R\$ 6.000 sujeitas à variação do CDI, acrescida de 5,78% ao ano e cujo vencimento será em 12 parcelas mensais com a primeira em 01 de outubro de 2022;

A Companhia adicionalmente em dezembro de 2021, emitiu notas promissórias eletronicamente, no montante total de R\$ 27.278.150,00 (vinte e sete milhões, duzentos e setenta e oito mil, cento e cinquenta reais), com o intuito de captar recursos necessários ao pagamento do preço de aquisição dos Imóveis, com finalidade e destinação ao desenvolvimento do empreendimento através da controlada direta, e subscritas pela securitizadora, sendo que os créditos imobiliários decorrentes das notas promissórias ensejaram a emissão de cédulas de crédito imobiliário (“CCI”), as quais serviram de lastro para emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª Série da 68ª Emissão da Securitizadora (“CRI”). A emissão conta com a garantia Alienação Fiduciária dos imóveis, alienação fiduciária das quotas de empresa controlada, fiança e fundo de despesa na qual ocorrerá o vencimento em uma única parcela em 16 de dezembro de 2027 a uma taxa de 10,25% ao ano com correção monetária pelo IPCA.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

(Em R\$ milhões)	31/12/2019	%	31/12/2020	%	31/12/2021	%
Capital de Terceiros	R\$ 0,0	0%	R\$ 33,7	27%	R\$ 87,1	46%
Ativo total	R\$ 0,0	-	R\$ 124,6	-	R\$ 191,4	-

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não há.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não há.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Todos os recursos dos financiamentos já contratados são destinados para investimentos em empreendimentos imobiliários da Companhia:

Imóvel	Proprietário	CNPJ	Uso dos Recursos	Destinação	Percentual do valor estimado de recursos dividido por Imóvel
				(R\$)	
Imóvel 1	SPE Bandeira Incorporação S.A.	12.348.138/0001-35	Reembolso das despesas listadas no Anexo III.	R\$ 4.597.582,53	4,2%
Imóvel 2	Barolo Incorporação Ltda.	33.657.273/0001-62	Reembolso das despesas listadas no Anexo III.	R\$ 3.176.830,54	2,9%
Imóvel 3	Monza Incorporação SPE Ltda.	34.658.836/0001-08	Reembolso das despesas listadas no Anexo III.	R\$ 13.237.360,50	12,0%
Imóvel 4	Forenza Incorporação SPE Ltda.	12.868.476/0001-28	Reembolso das despesas listadas no Anexo III.	R\$ 13.644.269,43	12,4%
Imóvel 5	Viseu Incorporação Ltda.	17.790.780/0001-13	Reembolso das despesas listadas no Anexo III.	R\$ 10.000.000,00	9,1%
Imóvel 6	Viseu Incorporação Ltda.	17.790.780/0001-13	Reembolso das despesas listadas no Anexo III.	R\$ 4.000.000,00	3,6%
Imóvel 7	Viseu Incorporação Ltda.	17.790.780/0001-13	Reembolso das despesas listadas no Anexo III.	R\$ 6.000.000,00	5,4%

Imóvel 8	Barolo Incorporação Ltda.	33.657.273/0001-62	Reembolso das despesas listadas no Anexo III.	R\$ 28.300.000,00	25,7%
Imóvel 9	Gregório Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	44.225.153/0001-02	Reembolso das despesas listadas no Anexo III.	R\$ 27.278.150,00	24,7%

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Balancos Patrimoniais Períodos encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	2021	2020	Var. %
Ativo	191.419	124.698	53,5%
Circulante	112.102	62.131	80,4%
Caixa e equivalentes de caixa	27.281	10.168	168,3%
Contas a receber de clientes	13.789	13.452	2,5%
Imóveis a comercializar	67.066	37.176	80,4%
Impostos a recuperar	354	15	2260,0%
Contas a receber de partes relacionadas	1.645	745	120,8%
Demais ativos circulantes	1.967	575	242,1%
Não Circulante	79.317	62.567	26,8%
Contas a receber de clientes	8.607	522	1548,9%
Depósitos judiciais	506	819	-38,2%
Imóveis a comercializar	227	1.126	-79,8%
Contas a receber de partes relacionadas	2.672	6.745	-60,4%
Impostos a recuperar	801	893	-10,3%
Demais ativos não circulantes	6	9	-33,3%
Investimentos	65.188	51.031	27,7%
Imobilizado	384	772	-50,3%
Intangível	926	650	42,5%
Passivo e Patrimônio Líquido	191.419	124.698	53,5%
Circulante	56.263	24.307	131,5%
Empréstimos e financiamentos	8.747	0	0,0%
Fornecedores	3.289	1.560	110,8%
Obrigações trabalhistas e tributárias	6.399	2.513	154,6%
Obrigações tributárias parceladas	258	290	-11,0%
Obrigações com aquisição de terreno	22.491	11.560	94,6%
Adiantamento de clientes	11.996	4.686	156,0%
Dividendos a pagar	1.637	29	5544,8%
Provisão para garantia de obras	1.227	1.099	11,6%

Débitos com partes relacionadas	0	2.289	-100,0%
Arrendamentos a pagar	219	281	-22,1%
Não Circulante	125.995	97.089	29,8%
Empréstimos e financiamentos	78.350	33.720	132,4%
Obrigações com aquisição de terreno	3.176	17.038	-81,4%
Obrigações trabalhistas e tributárias	35	21	66,7%
Obrigações tributárias parceladas	289	522	-44,6%
Provisão para garantia de obras	520	525	-1,0%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15.243	17.313	-12,0%
Provisão para perda com investimentos	1.143	558	104,8%
Débito com parceiros em empreendimentos	25.378	27.086	-6,3%
Arrendamentos a pagar	97	306	-68,3%
Demais passivos	1.764	0	0,0%
Patrimônio Líquido	9.161	3.302	177,4%
Capital social	4.000	16.000	-75,0%
Reserva de lucros	5.161	0	0,0%
Prejuízos acumulado	0	(12.698)	-100,0%

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$191,4 milhões em 31 de dezembro de 2021, crescimento de 53,5% em relação a 31 de dezembro de 2020, que totalizou R\$124,7 milhões. Tal variação deve-se principalmente pelo avanço no andamento das obras dos empreendimentos lançados em 2020 e 2021 de suas controladas e aquisição de terrenos para futuras incorporações.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$182,2 milhões em 31 de dezembro de 2021, uma variação positiva de 50,2% em relação a 31 de dezembro de 2020, que totalizou R\$121,3 milhões, sendo que tal variação ocorreu principalmente devido ao aumento de R\$53,4 milhões a título de Empréstimos e financiamentos bancários.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$9,2 milhões em 31 de dezembro de 2021, crescimento de 177,4% em relação ao mesmo período de 2020, que totalizou R\$3,3 milhões. Esse forte crescimento deve-se principalmente pelo lucro acumulado apurado no exercício decorrente dos resultados operacionais da Companhia em 2021.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Demonstrações dos Resultados	2021	2020	Var. %
------------------------------	------	------	--------

Períodos encerrados em 31 de dezembro			
(Em milhares de Reais - R\$)			
Receita Operacional Líquida	73.003	30.039	143,0%
Custos dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	(47.356)	(24.516)	93,2%
Lucro (Prejuízo) Bruto	25.647	5.523	364,4%
Margem Bruta (%)	35,1%	18,4%	16,7 pp
Receitas (Despesas) Operacionais	(11.891)	(1.698)	600,3%
Administrativas e gerais	(16.741)	(6.457)	159,3%
Despesas comerciais	(2.857)	(1.500)	90,5%
Equivalência patrimonial	11.867	2.290	418,2%
Outras receitas operacionais líquidas	(4.160)	3.969	-204,8%
EBITDA	13.756	3.825	259,6%
Margem EBITDA (%)	18,8%	12,7%	6,1 pp
Resultado Financeiro	(5.128)	(1.206)	325,2%
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	8.628	2.619	229,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.161)	(676)	71,7%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	7.467	1.943	284,3%
Margem Líquida (%)	10,2%	6,5%	3,8 pp

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia no encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2021 atingiu R\$73,0 milhões, aumento de 143,0% em relação ao encerramento do exercício social de 2020, que foi de R\$30,0 milhões. Esse crescimento deve-se principalmente pela apropriação imobiliária da receita operacional, oriunda das unidades comercializadas e ao aumento da receita de prestação de serviços por conta da retomada do volume operacional.

Custos dos imóveis vendidos e dos serviços prestados

O custo dos imóveis vendidos e dos serviços prestados da Companhia no encerramento do exercício social de 2021 totalizou R\$47,4 milhões, crescimento de 93,2% em relação ao encerramento do exercício social de 2020, que atingiu R\$24,5 milhões. Esse crescimento é justificado pelo reconhecimento da apropriação imobiliária, na medida em que as vendas de unidades são comercializadas.

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia no encerramento do exercício social de 2021 atingiu R\$25,6 milhões, crescimento 364,4% em relação ao encerramento do exercício social de 2020, que totalizou R\$5,5 milhões. Esse crescimento deve-se principalmente a apropriação imobiliária da receita operacional das vendas de unidades dos empreendimentos lançados a partir de 2020 e ao aumento da receita de prestação de serviços por conta da retomada do volume operacional.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia no encerramento do exercício social de 2021 foi de R\$7,5 milhões, crescimento de 284,3% em relação ao encerramento do exercício social de 2020, que totalizou R\$1,9 milhão.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Balancos Patrimoniais Períodos encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	2020	2019	Var. %
Ativo	124.698	79.872	56,1%
Circulante	62.131	48.183	28,9%
Caixa e equivalentes de caixa	10.168	137	7321,9%
Contas a receber de clientes	13.452	701	1819,0%
Imóveis a comercializar	37.176	40.159	-7,4%
Impostos a recuperar	15	21	-28,6%
Contas a receber de partes relacionadas	745	7.103	-89,5%
Demais ativos circulantes	575	62	827,4%
Não Circulante	62.567	31.689	97,4%
Contas a receber de clientes	522	470	11,1%
Depósitos judiciais	819	903	-9,3%
Imóveis a comercializar	1.126	1.135	-0,8%
Contas a receber de partes relacionadas	6.745	5	134800,0%
Impostos a recuperar	893	999	-10,6%
Demais ativos não circulantes	9	10	-10,0%
Investimentos	51.031	27.341	86,6%
Imobilizado	772	31	2390,3%
Intangível	650	795	-18,2%
Passivo e Patrimônio Líquido	124.698	79.872	56,1%
Circulante	24.307	16.155	50,5%
Empréstimos e financiamentos	0	0	0,0%
Fornecedores	1.560	518	201,2%
Obrigações trabalhistas e tributárias	2.513	1.576	59,5%
Obrigações tributárias parceladas	290	288	0,7%
Obrigações com aquisição de terreno	11.560	8.116	42,4%
Adiantamento de clientes	4.686	0	0,0%
Dividendos a pagar	29	29	0,0%
Provisão para garantia de obras	1.099	1.438	-23,6%

Débitos com partes relacionadas	2.289	3.944	-42,0%
Arrendamentos a pagar	281	246	14,2%
Não Circulante	97.089	62.358	55,7%
Empréstimos e financiamentos	33.720	0	0,0%
Obrigações com aquisição de terreno	17.038	26.566	-35,9%
Obrigações trabalhistas e tributárias	21	0	0,0%
Obrigações tributárias parceladas	522	811	-35,6%
Provisão para garantia de obras	525	1.593	-67,0%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17.313	16.926	2,3%
Provisão para perda com investimentos	558	294	89,8%
Débito com parceiros em empreendimentos	27.086	2.055	1218,1%
Arrendamentos a pagar	306	507	-39,6%
Demais passivos	0	26	-100,0%
Patrimônio Líquido	3.302	1.359	143,0%
Capital social	16.000	16.000	0,0%
Reserva de lucros	0	1.934	-100,0%
Prejuízos acumulado	(12.698)	(16.575)	-23,4%

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$124,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, crescimento de 56,1% quando comparado com o mesmo período de 2019, que atingiu R\$79,9 milhões. Tal variação deve-se principalmente pelo lançamento de novos empreendimentos de suas controladas ao mercado gerando aumento do contas a receber e investimentos.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$121,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, aumento de 54,6% em relação a 31 de dezembro de 2019, que totalizou R\$78,5 milhões. Esse crescimento deve-se principalmente a: (i) aumento de R\$33,7 milhões a título de Empréstimos e financiamentos bancários e; (ii) aumento de R\$25,0 milhões a título de débito com parceiros em empreendimentos.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$3,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, crescimento de 143,0% em relação ao mesmo período de 2019, que atingiu R\$ 1,4 milhão. Esse crescimento deve-se principalmente pelo lucro acumulado apurado no exercício decorrente dos resultados operacionais da Companhia em 2020.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Demonstrações dos Resultados Períodos encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	2020	2019	Var. %
Receita Operacional Líquida	30.039	4.076	637,0%
Custos dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	(24.516)	(7.047)	247,9%
Lucro (Prejuízo) Bruto	5.523	(2.971)	-285,9%
Margem Bruta (%)	18,4%	-72,9%	91,3 pp
Receitas (Despesas) Operacionais	(1.698)	(22.652)	-92,5%
Administrativas e gerais	(6.457)	(23.337)	-72,3%
Despesas comerciais	(1.500)	(177)	749,4%
Equivalência patrimonial	2.290	1.214	88,6%
Outras receitas operacionais líquidas	3.969	(352)	-1226,3%
EBITDA	3.825	(25.623)	-114,9%
Margem EBITDA (%)	12,7%	-628,6%	641,4 pp
Resultado Financeiro	(1.206)	938	-228,6%
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.619	(24.685)	-110,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(676)	18	-3855,6%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	1.943	(24.667)	-107,9%
Margem Líquida (%)	6,5%	-605,2%	611,7 pp

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia no encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2020 atingiu R\$30,0 milhões, aumento de 637,0% em relação ao encerramento do exercício social de 2019, que foi de R\$4,1 milhões. Esse crescimento deve-se principalmente pela apropriação imobiliária da receita operacional, oriunda das unidades comercializadas e ao aumento da receita de prestação de serviços por conta da retomada do volume operacional.

Custos dos imóveis vendidos e dos serviços prestados

O custo dos imóveis vendidos e dos serviços prestados da Companhia no encerramento do exercício social de 2020 totalizou R\$24,5 milhões, aumento de 247,9% em relação ao encerramento do exercício social de 2019, que atingiu R\$7,0 milhões. Esse crescimento é justificado pelo reconhecimento da apropriação imobiliária, na medida em que as vendas de unidades são comercializadas.

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia no encerramento do exercício social de 2020 atingiu R\$5,5 milhões, crescimento 285,9% em relação ao encerramento do exercício social de 2019, que totalizou o valor negativo R\$5,5 milhões. Esse crescimento deve-se principalmente a apropriação imobiliária da receita operacional das vendas de unidades dos empreendimentos lançados em 2020 e ao aumento da receita de prestação de serviços por conta da retomada do volume operacional.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia no encerramento do exercício social de 2020 foi de R\$1,9 milhão, crescimento de 107,9% em relação ao encerramento do exercício social de 2019, que totalizou o valor negativo de R\$24,7 milhões.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Balancos Patrimoniais Períodos encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	2019	2018	Var. %
Ativo	79.872	45.866	74,1%
Circulante	48.183	17.877	169,5%
Caixa e equivalentes de caixa	137	414	-66,9%
Contas a receber de clientes	701	2.555	-72,6%
Imóveis a comercializar	40.159	0	0,0%
Impostos a recuperar	21	87	-75,9%
Contas a receber de partes relacionadas	7.103	14.767	-51,9%
Demais ativos circulantes	62	54	14,8%
Não Circulante	31.689	27.989	13,2%
Contas a receber de clientes	470	1.291	-63,6%
Depósitos judiciais	903	620	45,6%
Imóveis a comercializar	1.135	576	97,0%
Contas a receber de partes relacionadas	5	1.462	-99,7%
Impostos a recuperar	999	803	24,4%
Demais ativos não circulantes	10	6	66,7%
Investimentos	27.341	23.141	18,1%
Imobilizado	31	43	-27,9%
Intangível	795	47	1591,5%
Passivo e Patrimônio Líquido	79.872	45.866	74,1%
Circulante	16.155	5.336	202,8%
Empréstimos e financiamentos	0	0	0,0%

Fornecedores	518	397	30,5%
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.576	1.631	-3,4%
Obrigações tributárias parceladas	288	616	-53,2%
Obrigações com aquisição de terreno	8.116	0	0,0%
Adiantamento de clientes	0	0	0,0%
Dividendos a pagar	29	719	-96,0%
Provisão para garantia de obras	1.438	1.973	-27,1%
Débitos com partes relacionadas	3.944	0	0,0%
Arrendamentos a pagar	246	0	0,0%
Não Circulante	62.358	14.505	329,9%
Empréstimos e financiamentos	0	0	0,0%
Obrigações com aquisição de terreno	26.566	0	0,0%
Obrigações trabalhistas e tributárias	0	0	0,0%
Obrigações tributárias parceladas	811	1.073	-24,4%
Provisão para garantia de obras	1.593	3.169	-49,7%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16.926	9.992	69,4%
Provisão para perda com investimentos	294	153	92,2%
Débito com parceiros em empreendimentos	2.055	0	0,0%
Arrendamentos a pagar	507	0	0,0%
Demais passivos	26	78	-66,7%
Patrimônio Líquido	1.359	26.025	-94,8%
Capital social	16.000	16.000	0,0%
Reserva de lucros	1.934	1.935	-0,1%
Prejuízos acumulado	(16.575)	8.090	-304,9%

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$79,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, crescimento de 74,1% quando comparado com o mesmo período de 2018, que atingiu R\$45,9 milhões. Tal variação deve-se principalmente pela aquisição de novos terrenos para futuras incorporações.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$78,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumento de 295,7% em relação a 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$19,8 milhões, sendo que tal variação ocorreu principalmente devido a: (i) aumento de R\$34,7 milhões a título de obrigações com aquisição de terrenos; (ii) aumento de R\$13,5 milhões a título de adiantamento para futuras incorporações e; (iii) aumento de R\$6,9 milhões a título de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$1,4 milhão em 31 de dezembro de 2019, redução de 94,8% em relação ao mesmo período de 2018. Essa forte redução deve-se principalmente pelo prejuízo acumulado apurado no exercício decorrente da queda dos resultados operacionais da Companhia em 2019.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Demonstrações dos Resultados Períodos encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	2019	2018	Var. %
Receita Operacional Líquida	4.076	6.814	-40,2%
Custos dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	(7.047)	(6.849)	2,9%
Lucro (Prejuízo) Bruto	(2.971)	(35)	8433,2%
Margem Bruta (%)	-72,9%	-0,5%	-72,4 pp
Receitas (Despesas) Operacionais	(22.652)	2.062	-1198,5%
Administrativas e gerais	(23.337)	(11.385)	105,0%
Despesas comerciais	(177)	0	0,0%
Equivalência patrimonial	1.214	12.511	-90,3%
Outras receitas operacionais líquidas	(352)	936	-137,7%
EBITDA	(25.623)	2.027	-1364,0%
Margem EBITDA (%)	-628,6%	29,8%	-658,4 pp
Resultado Financeiro	938	489	91,8%
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(24.685)	2.516	-1081,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	18	(16)	-212,5%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(24.667)	2.500	-1086,6%
Margem Líquida (%)	-605,2%	36,7%	-641,9 pp

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia no encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2019 atingiu R\$4,1 milhões, redução de 40,2% em relação ao encerramento do exercício social de 2018, que foi de R\$6,8 milhões. Essa redução da receita operacional deve-se principalmente pela

redução no volume de obras em execução ao longo dos doze meses de 2019 e as entregas dos empreendimentos realizados durante o exercício descritas abaixo:

- (i) Empreendimento comercial Centro Comercial Novo Portal, de médio padrão, composto de uma torre única de 4 salas, 5,1 mil m² de área construída, localizado na Capital de São Paulo;
- (ii) Empreendimento residencial Casas de Toscana, de médio padrão, composto por 223 casas, 19,7 mil m² de área construída, localizado no interior de São Paulo;
- (iii) Empreendimento comercial ACM Club, composto por clube esportivo, 2,2 mil m² de área construída, localizado no litoral de São Paulo.

Custos dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados da Companhia no encerramento do exercício social de 2019 totalizou R\$7,0 milhões, aumento de 2,9% em relação ao encerramento do exercício social de 2018, que atingiu R\$6,8 milhões. Esse crescimento é justificado pelo volume de obras em execução.

Resultado bruto

O resultado bruto da Companhia no encerramento do exercício social de 2019 atingiu o valor negativo de R\$3,0 milhões, redução de 8.433,2% em relação ao encerramento do exercício social de 2018, que totalizou o valor negativo R\$35 mil. Essa forte redução deve-se principalmente a queda do volume operacional de obras em execução no exercício.

Resultado líquido do exercício

O resultado líquido da Companhia no encerramento do exercício social de 2019 foi de R\$24,7 milhões negativo, redução de 1.086,6% em relação ao encerramento do exercício social de 2018, que totalizou o valor de R\$2,5 milhões.

10.2. Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita operacional líquida da Companhia decorre principalmente da venda de unidades imobiliárias, prestação de serviços de construção, gerenciamento de construção e serviços de assistência técnica, além de algum resultado da venda de lotes em estoque.

A composição da receita operacional é demonstrada a seguir:

(Em R\$ milhões)	2019	2020	2021
Receitas de serviços	4.626	6.440	18.258

Receitas de assistência técnica	0	228	1.202
Receitas de venda de unidades imobiliárias	94	26.248	64.515
Impostos sobre receita	(644)	(2.877)	(10.972)
Total	4.076	30.039	73.003

As receitas de prestação de serviços de administração de obras são reconhecidas em função dos prazos decorridos, resultados auferidos e serviços prestados no regime de competência e as receitas de venda de unidades imobiliárias são constituídas ao longo do período de construção, aplicando-se a porcentagem de conclusão (“PoC”) sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda (acrescido da variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC). Os custos e despesas são reconhecidos quando mensuráveis e incorridos. Ao longo do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, mais de 90% das nossas receitas decorreram da receita com a prestação de serviços de administração e gerenciamento de construção, mas 2021, com a retomada dos lançamentos de empreendimentos imobiliários, aproximadamente 77% das nossas receitas passaram a ser decorrentes de venda de unidades imobiliárias.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

A venda de unidades imobiliárias, a prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção da Companhia podem afetar materialmente o nosso desempenho operacional, visto que a medição ou percentual de taxa de administração de construção é variável de acordo com o empreendimento que a Companhia irá desenvolver.

A Companhia reconhece os valores das receitas e dos custos provenientes de prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção conforme sua execução, em conformidade com o período de competência.

A receita com venda de unidades imobiliárias é mensurada pelo valor efetivamente contratado, sendo os valores de contas a receber, calculados a valor presente considerando os prazos dos recebimentos futuros.

Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2021, 2020 e 2019 decorrem da variação no volume das operações da Companhia.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia não possui variações das receitas atribuíveis a fatores externos, visto que a mesma determina o percentual de taxa de administração de construção em contrato de prestação de serviços, conforme item 10.2.(ii) acima.

As receitas de vendas podem ser impactadas pela variação nos índices de inflação que corrigem os nossos contratos de prestação de serviços e vendas de unidades imobiliárias, principalmente o INCC. As variações de receita nos últimos três exercícios são relativas à variação do volume de negócios, bem como da evolução físico-financeira das obras.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Operações com instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019, a Companhia e suas controladas não possuíam operações de derivativos e nem de risco semelhante.

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2021

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados na nota explicativa nº 4 para capital de giro.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2021, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário o 50%	Cenário o 25%	Cenário provável el (valor contábil projetado)	Cenário o -25%	Cenário o -50%
Aplicações financeiras	CDI	13,88 %	11,56%	9,25%	6,94%	4,63%
Posição contábil em 31/12/2021 - R\$26.399		39.599	32.999	26.399	19.799	13.200

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2020

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados na nota explicativa nº 4 para capital de giro.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2020, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2020, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário o 50%	Cenário o 25%	Cenário provável el (valor contábil projetado)	Cenário o -25%	Cenário o -50%
Aplicações financeiras	CDI	3,9%	3,25%	2,6%	1,95%	1,30%
Posição contábil em 31/12/2020 - R\$9.583		374	311	249	187	125

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2019

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados na nota explicativa nº 4 para capital de giro.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2019, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário provável (valor contábil projetado)	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações financeiras	CDI	5,96%	4,47%	2,98%
Posição contábil em 31/12/2019 - R\$114		7	5	3

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais da Companhia não refletida nas demonstrações financeiras.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em março de 2019, através de contrato de Compra e Venda de Ações a controlada Lindenberg São Paulo Ltda., vendeu para a empresa CM Corporate Participações Ltda 72.454 ações ordinárias da empresa SPE Bandeira Incorporação S/A. O patrimônio líquido vendido foi de R\$24.194,61 pelo montante de R\$72.453,00 (setenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e três reais), gerando uma perda de R\$48.259,39.

Em março de 2019, através de contrato de Compra e Venda de Ações a controlada Lindenberg São Paulo Ltda., vendeu para a empresa Kinea Co-Investimento Fundo de Investimento Imobiliário 1.775.105 ações ordinárias da empresa SPE Bandeira Incorporação S/A. O patrimônio líquido vendido foi de R\$2.957.441,97 pelo montante de R\$1.775.105 (um milhão, setecentos e setenta e cinco mil e cento e cinco reais), gerando uma perda de R\$1.182.336,97.

Em abril de 2019, através do Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações a controlada Lindenberg São Paulo Ltda., adquiriu da empresa Propel LPI I Fundo de Investimentos em Participações, 54 ações ordinárias da empresa Laurenza Incorporação SPE S.A. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$1.511.021,30 pelo montante de R\$2.259.364 (dois milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, trezentos e sessenta e quatro reais), gerando uma perda de R\$748.342,70.

Em novembro de 2019, através de Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças a controlada Lindenberg São Paulo Ltda., vendeu para empresa EUG345 Empreendimentos e Participações SPE Ltda., 1.266.630 quotas da empresa Eugênio de Medeiros Empreendimentos Participações Ltda. O patrimônio líquido vendido foi de R\$1.240.963,97 pelo montante de R\$2.223.503 (dois milhões, duzentos e vinte e três mil e quinhentos e três reais), gerando um ganho de R\$982.539,12.

Em outubro de 2019, através do Instrumento de Acordo de Quotistas, a Companhia adquiriu 15% de participação societária da Siebenlind Real Estate Investimentos Ltda, veículo pelo qual ela pretende investir junto com a sócia SIEBEN 100 INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA até R\$300.000.000,00 em empreendimentos de médio e alto padrão.

Em 2020 não ocorreu constituição, aquisição ou alienação de participação societária pela Construtora Adolpho Lindenberg nem por nenhuma de suas subsidiárias.

Em 2021 não ocorreu constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante pela Construtora Adolpho Lindenberg nem por nenhuma de suas subsidiárias.

c) Eventos ou operações não usuais

Não há.

10.4 Mudanças nas práticas contábeis / Ressalvas e ênfases

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis e efeitos significativos das alterações das práticas contábeis

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Efeitos da adoção das IFRSs e dos CPCs no balanço patrimonial consolidado

A Administração da Companhia avaliou e concluiu que não houve impacto decorrente da adoção das novas normas vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em 31 de dezembro de 2021, houve uma ênfase no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

Conforme descrito nas notas explicativas 2.a e 3.9. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2018 sobre a aplicação do NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Em 31 de dezembro de 2020, houve uma ênfase no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

Conforme descrito nas notas explicativas 2.a e 3.9. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle,

seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2018 sobre a aplicação do NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Em 31 de dezembro de 2019, houve uma ênfase no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

Conforme descrito na nota explicativa 2 (a), as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

10.5 Políticas contábeis críticas

A Companhia registra suas provisões para contingências de acordo com a classificação de seus assessores legais, seguindo o critério legal (provável / possível / remoto). No que se refere a créditos fiscais a Companhia realiza a ativação de tais créditos conforme revisão anual aprovada pelo Conselho de Administração em relação às projeções de utilização de tais créditos.

Como regra geral, na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registros de ativos, passivos e outras operações tais como: as provisões para contingências aqui mencionadas, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para distratos, vida útil dos bens do imobilizado, resultado de incorporação imobiliária e venda de imóveis, e imposto de renda sobre receitas corrente e diferido, classificação de curto e longo prazo, entre outros. Os diretores e principais executivos da Companhia monitoram e revisam periodicamente estas estimativas e premissas a fim de que os valores das mesmas estejam sempre o mais próximo possível dos valores reais resultantes das operações da Companhia.

10.6 Comentários dos diretores sobre os Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de carteira de recebíveis sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidade.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios compra de produtos ou serviços mediante a emissão de contratos futuros.

iv. Contratos de construção não terminada

A Companhia não possui contratos de construção não terminados (não cumpridos) nos últimos 03 exercícios;

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há.

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

Não há.

a) *Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;*

Não há.

b) *Natureza e o propósito da operação;*

Não há.

c) *Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação;*

Não há

10.8 Comentários dos diretores indicando os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

i) Investimentos, incluindo; (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Para desenvolvermos nosso plano de negócios que consiste na venda de unidades imobiliárias, prestação de serviço de construção e gerenciamento de construção, não são necessárias grandes fontes de investimento. As principais fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são as linhas de crédito obtidas com bancos e outras instituições financeiras.

Não houve e não há planejamento de desinvestimentos.

ii) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve aquisições de terrenos, plantas, equipamentos, ou outros ativos relevantes.

iii) Novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

A Companhia realizou o lançamento de 2 empreendimentos em 2021, totalizando um VGV Potencial de R\$ 799,5 milhões sendo R\$ 174,5 milhões na participação da CAL (participação média 21,8%) e total de 27.364 mil m² de área privativa. Os empreendimentos lançados em 2021 foram: (i) Praça Lindenberg – Fase Macurapé lançado em maio (2T21), VGV total de R\$ 526,7 milhões e na participação da CAL de R\$ 79,0 milhões, com localização na capital de São Paulo, segmento residencial de alto padrão, composto de 118 unidades e com 18.092 mil m² de área privativa, e; (ii) Lindenberg Groenlândia 77 lançado em novembro (4T21), VGV total de R\$ 272,8 milhões e na participação da CAL de R\$ 95,5 milhões, com localização na capital de São Paulo, segmento residencial de alto padrão, composto 29 unidades e com 9.272 mil m² de área privativa.

10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10.

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO II

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2022

***PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO QUE CONTENHA, NO MÍNIMO, AS
INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO 9.1.II DA IN CVM n° 481/09***

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$7.466.878,93 (sete milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e setenta e oito reais e noventa e três centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 não foram declarados dividendos antecipados e/ou juros sobre capital próprio. A proposta da administração para o montante global de dividendos a ser distribuído é de R\$1.607.508,22 (um milhão, seiscentos e sete mil, quinhentos e oito reais e vinte e dois centavos) o que equivale a R\$4,3198767599 para cada ação, levando-se em consideração a quantidade total de ações na data de sua distribuição/proposição, cuja aprovação e distribuição será submetida à Assembleia.

Os membros do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2022, analisaram e aprovaram as demonstrações financeiras, orçamento de capital e destinação de resultados, que serão submetidos à aprovação dos acionistas na Assembleia, conforme apresentado na referida reunião.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, R\$ 698.423,25 (seiscentos e noventa e oito mil, quatrocentos e vinte e três reais e vinte e cinco centavos) deverão ser destinados a absorção de prejuízos acumulados de anos anteriores. Do saldo de R\$ 6.768.455,68 (seis milhões, setecentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), 5% deverá ser destinado a Reserva Legal. Do saldo posterior de R\$ 6.430.032,90 (seis milhões,

quatrocentos e trinta mil, trinta e dois reais e noventa centavos), 25% deverá ser destinado a pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. Dessa forma, o valor total de R\$1.607.508,22 (um milhão, seiscentos e sete mil, quinhentos e oito reais e vinte e dois centavos) equivale a 21,53% do lucro líquido do exercício de 2021.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não há lucros de exercícios anteriores para considerar na distribuição de lucros do exercício de 2021.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O valor bruto dos dividendos é de R\$1.607.508,22 (um milhão, seiscentos e sete mil, quinhentos e oito reais e vinte e dois centavos) o que equivale a R\$4,3198767599 para cada ação.

Não houve, conforme Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, destaque dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Uma vez aprovados pela Assembleia, propomos que o pagamento dos dividendos destacados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 seja realizado dentro do exercício social de 2022, nos termos do artigo 205, §3º, da LSA, pagamento a ser efetuado em dinheiro em uma única parcela.

Os acionistas terão seus créditos disponíveis na data de início do pagamento desse direito, de acordo com sua conta corrente e domicílio bancário fornecido ao Banco Itaú.

Aos acionistas cujo cadastro esteja desatualizado, ou seja, que não contém a inscrição do número de CPF/CNPJ ou indicação de Banco/Agência e Conta Corrente, os dividendos serão creditados a partir do décimo dia útil contado da data da solicitação, desde que os interessados providenciem a regularização de seu cadastro, pessoalmente, em uma das agências do Banco Itaú conforme orientação que deverá constar no respectivo Aviso aos Acionistas, a ser publicado após a Assembleia.

Os acionistas usuários do serviço de custódia fiduciária de ações terão seus dividendos creditados conforme procedimentos adotados pela B3.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a distribuição dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há proposta de atualização e juros dos dividendos.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, distribuição dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data determinada para declaração de pagamento dos dividendos, isto é, a data considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento, é a data da realização da Assembleia, a ser realizada em 04 de abril de 2022.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, distribuição dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, dividendos declarados com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, distribuição dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2021	2020	2019
Lucro (prejuízo) Líquido do exercício	R\$7.467	R\$1.943	(R\$24.666)
Lucro (prejuízo) Líquido por ação (em reais)	R\$20,07	R\$5,22	(R\$66,29)

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2021	2020	2019
Valor global dos dividendos distribuídos	R\$1.608	-	-
Valor dos dividendos por ação (em reais) Ações (ordinárias e preferenciais)	R\$ 4,32	-	-
Valor dos dividendos por ação (em reais) Ações ordinárias	R\$ 4,32	-	-
Valor dos dividendos por ação (em reais) Ações preferenciais	R\$ 4,32	-	-
Juro sobre capital próprio	n/a	n/a	n/a

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado à reserva legal sobre o lucro do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$338.422,78 (trezentos e trinta e oito mil, quatrocentos e vinte e dois reais e setenta e oito centavos).

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Do lucro líquido do exercício, que é resultado remanescente depois de deduzidas as participações de que trata o artigo anterior, dele se destacará 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que o seu montante atinja a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, conforme disposto no artigo 193 da LSA e no artigo 32 do Estatuto Social da Companhia.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Nos termos do artigo 5º, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia, os possuidores de ações preferenciais têm prioridade na percepção de um dividendo mínimo anual e não cumulativo de 6,5% (seis e meio por cento) sobre o valor do capital social próprio a essa espécie de ação, ou a participação proporcional de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, prevalecendo o valor maior.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Sim, é suficiente para pagamento dos dividendos das ações preferenciais.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não há parcela não paga de dividendos fixo ou mínimo.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

O valor global dos dividendos mínimos a serem pagos aos titulares de ações é de R\$1.607.508,22 (um milhão, seiscentos e sete mil, quinhentos e oito reais e vinte e dois centavos)

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

O valor por ação dos dividendos mínimos a serem pagos aos titulares de ações é de R\$4,3198767599.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Nos termos do artigo 5º, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia, os possuidores de ações preferenciais têm prioridade na percepção de um dividendo mínimo anual e não cumulativo de 6,5% (seis e meio por cento) sobre o valor do capital social próprio a essa espécie de ação.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim, o dividendo obrigatório será pago integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d) Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

b) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

c) Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção

A retenção de lucros no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$4.822.524,67 (quatro milhões, oitocentos e vinte e dois mil, quinhentos e vinte e quatro reais e sessenta e sete centavos), que será integralmente destinado como caixa adicional da Companhia.

O saldo da Reserva de Retenção de Lucros em 31 de dezembro de 2021 é de R\$4.822.524,67 (quatro milhões, oitocentos e vinte e dois mil, quinhentos e vinte e quatro reais e sessenta e sete centavos).

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Cópia constante do Anexo III à presente Proposta.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b) Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO III

PROPOSTA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2022

ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2022 (CONSOLIDADO)

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da LSA e do artigo 25, §1º, inciso IV da IN CVM 480, apresentamos a V.Sas., para análise e posterior aprovação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a proposta de **Orçamento de Capital** para o exercício social de 2022, no valor de R\$4.822.524,67 (quatro milhões, oitocentos e vinte e dois mil, quinhentos e vinte e quatro reais e sessenta e sete centavos)

Proposta de Orçamento de Capital: R\$4.822.524,67 (quatro milhões, oitocentos e vinte e dois mil, quinhentos e vinte e quatro reais e sessenta e sete centavos).

Reserva de retenção de lucros (art. 196)	R\$4.822.524,67
Total de fontes	R\$4.822.524,67
Caixa adicional da Companhia devido as condições macroeconômicas vigentes	R\$4.822.524,67
Aplicações	R\$4.822.524,67

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Adolpho Lindenberg

Presidente

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO IV

PROPOSTA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2022

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME PREVISTO NA IN CVM 481, ARTIGO 12, INCISO I

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 12, inciso I, da IN CVM 481, apresentamos a proposta para a verba anual e global para remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária da Companhia.

Desta forma, para o exercício social de 2022, propomos o montante de até R\$6.750.000,00 (seis milhões e setecentos e cinquenta mil reais), para a remuneração dos administradores da Companhia, incluindo salário/pró-labore, benefícios e remuneração variável, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA.

Referido valor foi determinado em função da grande experiência dos atuais administradores e de seu alto grau de conhecimento das atividades e operações da Companhia, sua sólida reputação no mercado e devido à necessidade de manutenção e valorização dos talentos individuais da Companhia, inserida em um mercado cada vez mais competitivo.

A Administração da Companhia esclarece que o valor efetivamente pago, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a título de remuneração aos seus administradores excluindo os pagamentos suportados pelas controladas, no valor total de **R\$2.289.110** conforme indicado no item 13.2 abaixo, está compatível com o montante aprovado para tal exercício social na Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de março de 2021, que foi de até R\$6.750.000,00 (seis milhões e setecentos e cinquenta mil reais).

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Adolpho Lindenberg - Presidente

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO V

PROPOSTA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2022

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME PREVISTO NA ICVM 481, ARTIGO 12, INCISO II

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, quanto aos seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia paga remuneração fixa e variável aos seus administradores, conforme o caso. Nas subsidiárias, há plano de participação nos lucros e resultados para o pagamento de remuneração variável aos colaboradores com base em avaliação individual de desempenho e alcance de metas, com o objetivo de alinhar os interesses da Companhia e de suas subsidiárias com os de seus colaboradores, de forma a estimular o comprometimento destes, atraindo e mantendo profissionais qualificados, melhorando a gestão dos negócios da Companhia e o desempenho dos colaboradores no exercício de suas funções e a permanência de tais colaboradores nos postos ocupados.

b) composição da remuneração

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções (pró-labore), sendo que o Presidente do Conselho faz jus aos benefícios de plano de vida, plano de saúde e convênio farmácia.

Diretoria Estatutária

Os membros da diretoria estatutária recebem pró-labore fixo mensal e variável anual de acordo com os resultados da Companhia. O objetivo de cada elemento da remuneração dos diretores estatutários

é incentivar o alinhamento de interesses destes com as metas da Companhia, de forma a estimular o comprometimento dos mesmos com os negócios da Companhia, melhorar os desempenhos destes nos exercícios de suas funções e também atrair e manter profissionais altamente qualificados.

ii. proporção de cada elemento na remuneração total

Este subitem não se aplica aos membros do Conselho de Administração, tendo em vista que o único elemento de suas respectivas remunerações é um salário fixo mensal.

Com relação à Diretoria Estatutária, é possível afirmar que não existe um percentual definido para cada elemento (proporção sobre o total aprovado pelos acionistas para a remuneração da administração).

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não há metodologia de cálculo e de reajuste específico para cada um dos elementos. O pró-labore fixo mensal poderá ser reajustado de acordo com os percentuais dos dissídios coletivos.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Conforme descrito na alínea “i” acima, as razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão, melhorar o desempenho dos membros da Diretoria no exercício de suas funções e a permanência dos nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os indicadores de desempenho são o alcance de: (a) metas operacionais e financeiras, tais como: (i) volume geral de obras contratadas; (ii) volume geral de obras entregues; (iii) EBITDA; e (iv) lucro líquido, e (b) desempenho individual, tais como: (i) autonomia; (ii) iniciativa; (iii) capacidade de planejamento; (iv) comprometimento; (v) comunicação; (vi) flexibilidade; (vii) habilidade de relacionamento; (viii) negociação; (ix) solução de problemas; (x) trabalho em equipe; e (xi) entre outros. Ademais, a remuneração dos administradores também é baseada na avaliação individual, que leva em conta a iniciativa, proatividade, poder de tomada de decisões, postura profissional e o relacionamento interpessoal.

d) estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A determinação de um montante de remuneração global para administradores da Companhia e subsidiárias atrelada a um retorno sobre o patrimônio líquido da Companhia é a estrutura designada

para vincular a remuneração variável, paga aos colaboradores das subsidiárias e da Companhia de forma geral, e o desempenho de lucratividade.

Desta forma, a parcela variável da remuneração dos nossos administradores está vinculada ao desempenho da Companhia no período em questão.

e) alinhamento da política ou prática de remuneração aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários compatíveis com o mercado.

Em médio prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de variável anual de acordo com os resultados da Companhia a determinados colaboradores.

O formato da remuneração acima descrito procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os da Companhia, em longo prazo.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Parte da remuneração variável anual e fixa da diretoria estatutária da Companhia é suportada por intermédio da CAL – Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda. (“CAL MO”), controlada direta da Companhia.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não aplicável.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração prevista para o Exercício Social de 31/12/2022 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	3	0	6
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	65.000	2.000.000	0	2.065.000

Remuneração prevista para o Exercício Social de 31/12/2022 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Benefícios direto e indireto	75.000	400.000	0	475.000
Participações em comitês				
Outros	10.000	200.000	0	210.000
Remuneração variável anual				
Bônus		4.000.000*	0	4.000.000
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Pós-emprego				
Cessaçã o do cargo				
Baseada em ações				
Total (R\$)	150.000	6.600.000	0	6.750.000

*este valor não inclui a parcela de bônus suportada pelas controladas da Companhia.

Remuneração do Exercício Social findo em 31/12/2021 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	3	0	6
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	67.381	1.990.920	0	2.058.301
Benefícios direto e indireto	41.282	189.527	0	230.809
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Remuneração variável anual				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessaçã o do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Total (R\$)	108.663	2.180.447	0	2.289.110

*este valor não inclui a parcela de bônus suportada pelas controladas da Companhia.

Remuneração do Exercício Social findo em 31/12/2020 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	3	0	6
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	64.136	1.693.505	N/A	1.757.641
Benefícios direto e indireto	37.928	145.704	N/A	183.632
Participações em comitês	N/A	N/A	N/A	0
Outros	0	5.508	N/A	5.508
Remuneração variável anual				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessaçã o do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Total (R\$)	102.063	1.844.717	0	1.946.780

*este valor não inclui a parcela de bônus suportada pelas controladas da Companhia.

Remuneração do Exercício Social findo em 31/12/2019 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	3	0	6
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	63.104	507.590	0	570.694
Benefícios direto e indireto	74.114	52.431	0	126.545
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	12.621	125.644	0	138.265
Remuneração variável anual				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	0	0	0

Remuneração do Exercício Social findo em 31/12/2019 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Total (R\$)	149.839	685.665	0	835.504

*este valor não inclui a parcela de bônus suportada pelas controladas da Companhia.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração variável prevista para exercício social a ser encerrado em 31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	3	0	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	4.000.000	0	4.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
---	-----	-----	-----	-----

Remuneração variável paga no exercício social encerrado em 31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	3	0	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável paga no exercício social encerrado em 31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	3	0	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0

Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	3	0	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.000.000	N/A	2.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	0

Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0
---	---	---	-----	---

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia.

Não aplicável à Companhia.

13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

		31/12/2021			
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Sociedade	Categoria				
Emissor					
Construtora Adolpho Lindenberg S.A.	Ações ordinárias	01	0	0	01
	Ações preferenciais	26	447	0	473
Controladora					
Lindenberg Investimentos Ltda	Quotas	5.916.762	16.452.930	0	22.369.692

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável à Companhia.

13.7. Informações a respeito das opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não aplicável à Companhia.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável à Companhia.

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções):

Não aplicável à Companhia.

13.10. Informações sobre os planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Não aplicável à Companhia.

13.11. Remuneração, nos 3 últimos exercícios sociais, do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	3	3	3	3	3	3
Valor da maior remuneração (em reais)	735.087	692.097	386.019	108.663	102.063	149.838
Valor da menor remuneração (em reais)	722.680	535.890	303.873	0	0	0
Valor médio da remuneração (em reais)	726.816	613.070	229.964	36.221	34.021	49.946

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):

Não aplicável à Companhia.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Percentual	0%	0%	0%	100%	100%	100%

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não aplicável à Companhia.

13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Os valores abaixo referidos foram pagos a título de remuneração em função de exercício do cargo na Companhia.

2021

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	735.604	0	N/A	735.604
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

2020

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
--------------	---------------------------	-----------------------	-----------------	-------

Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	544.654	532.739	N/A	1.077.393
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

2019

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

13.16. Outras informações relevantes:

Não há outras informações relevantes além daquelas prestadas nos itens anteriores.

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO VI

PROPOSTA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2022

INDICAÇÃO DE ADMINISTRADORES PARA OCUPAR CARGOS DE MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, CONFORME PREVISTO NA IN CVM 481, ARTIGO 10

NÚMERO DE ASSENTOS E MANDATO

Definição de número de assentos do Conselho de Administração da Companhia e respectivo mandato:

A Proposta da Administração é de que a composição do Conselho de Administração da Companhia permaneça com 3 (três) membros efetivos para o mandato de 3 (três) anos conforme disposto no artigo 6º, parágrafo primeiro do Estatuto Social da Companhia.

Caso seja realizado o processo de voto múltiplo (desde que cumpridos os requisitos constantes do artigo 141 da LSA e na Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada), será realizado cálculo sobre número de votos necessários para garantir a eleição de cada membro do Conselho de Administração, com base no número de ações detidas pelos acionistas presentes na assembleia e, caso haja votação em separado nos termos do artigo 141, §§4º e 5º da LSA, as ações detidas pelos acionistas que optaram pela votação em separado serão excluídas do número de ações votantes presentes à assembleia, para fins do cômputo do voto múltiplo.

Caso ocorra a eleição dos membros do conselho de administração da Companhia pela votação majoritária, nos termos do art. 129 da LSA, serão eleitos todos os membros indicados pelo grupo controlador da Companhia.

	Nome	Nascimento e idade	Profissão	CPF	Cargo ocupado	Data de eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato Previsto	Outros cargos ou funções na Companhia	Indicados pelos Controladores
1	Adolpho Lindenberg	97 anos	Engenheiro	002.442.108-10	Presidente	AGO de 2022	AGO de 2022	AGO de 2025	N/A	Sim
2	Sérgio Garrido Cincurá	47 anos	Engenheiro	757.342.495-72	Membro efetivo	AGO de 2022	AGO de 2022	AGO de 2025	N/A	Sim
3	Marcelo Haddad Buazar	60 anos	Administrador	040.011.888-21	Membro efetivo	AGO de 2022	AGO de 2022	AGO de 2025	N/A	Sim

12.7. Membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiros e comitê de remuneração:

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui comitês.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal:

a) Currículo dos Administradores indicados:

Os currículos a seguir relacionados referem-se somente aos membros do Conselho de Administração da Companhia que estão sendo indicados para ocupar respectivos cargos para o mandato de 3 (três) anos que vigorará até a data de realização da próxima Assembleia Geral Ordinária em 2025.

Conselho de Administração:

1. Adolpho Lindenberg: o Sr. Adolpho Lindenberg ocupa, atualmente, o cargo de membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia e está sendo indicado para reeleição para o referido cargo. Formou-se em Engenharia e Arquitetura pela Universidade Mackenzie em 1949. Seus primeiros trabalhos foram reconstruções de antigas sedes de fazendas pelos arredores de Valinhos e Campinas, onde procurou estudar o estilo colonial. Na década de 1950, construiu aproximadamente 200 casas residenciais ao estilo colonial Paulista e barroco mineiro. Além disso, fundou a Construtora Adolpho Lindenberg S.A. que, na década seguinte, tornou-se a primeira construtora de capital aberto no País, com mais de 500 edifícios construídos. Atualmente, exceto pelo cargo que ocupa na Companhia, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas.

2. Sérgio Garrido Cincurá: Formado em 1997 em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Durante a sua vida profissional atendeu vários cursos na área imobiliária e de construção. Membro do CTQ – Comitê de Tecnologia e Qualidade do SINDUSCON/SP e Membro do CMPU - Conselho Municipal de Política Urbana do Município de SP. Durante sua vida profissional, atuou por mais de 20 anos em empresas incorporadoras/construtoras, exercendo os cargos de Coordenador de Obras, Gerente de Obras, Gerente Geral de Obras, Gerente Técnico e Diretor de Operações. Atua como Diretor Técnico da Construtora Adolpho Lindenberg há mais de 10 anos.

3. Marcelo Haddad Buazar: Administrador de empresas formado pela FGV – SP em 1982. Trabalhou na área de marketing da Unilever entre 1983 e 1992. Atuou posteriormente como diretor da Bain & Company entre 1997 e 2008. Assumiu o cargo de Diretor Administrativo da LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A em 2009, onde participa do Conselho de Administração até a presente data. Eleito membro do Conselho de Administração da Construtora Adolpho Lindenberg em abril de 2019, exerce o Cargo de Conselheiro Administrativo até a presente data.

b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do conselho fiscal:

Nenhum dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos últimos 5 anos, esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Conselho de Administração:

Eu, **Adolpho Lindenberg**, indicado para o cargo de membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial

ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

Eu, **Sergio Garrido Cincurá**, indicado para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

Eu, **Marcelo Haddad Buazar**, indicado para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

12.9. Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre:

a) Administradores da Companhia

O Sr. **Adolpho Lindenberg Filho**, Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro da Companhia, é filho de Adolpho Lindenberg, membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia e indicado para reeleição a ser deliberada na Assembleia.

b) Administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia:

Não aplicável.

c) Administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia:

Não aplicável.

d) Administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia:

Não aplicável.

12.10 – Relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2019			
Administrador do Emissor			
ADOLPHO LINDENBERG FILHO	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.			
Pessoa Relacionada			
LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA	06.138.869/0001-83		
Administrador			
Observação			

Administrador do Emissor			
ADOLPHO LINDENBERG FILHO	004.219.258-76	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.			
Pessoa Relacionada			
CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA.	06.152.137/0001-48		
Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.			
Observação			

Administrador do Emissor			
ADOLPHO LINDENBERG FILHO	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.			
Pessoa Relacionada			
ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA.	60.665.379/0001-80		
Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.			
Observação			

Administrador do Emissor			
ADOLPHO LINDENBERG FILHO	004.219.258-76	Subordinação	Controlador Direto
Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo			
Pessoa Relacionada			
Lindenberg Investimentos Ltda.	32.218.933/0001-46		
Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo			
Observação			

Administrador do Emissor			
ADOLPHO LINDENBERG FILHO	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo			
Pessoa Relacionada			
LINDENHOUSE COMERCIALIZAÇÃO PRIVATE LTDA	09.123.487/0001-74		
Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo			
Observação			

Administrador do Emissor			
SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ	757.342.495-72	Subordinação	Controlador Direto
Diretor técnico			
Pessoa Relacionada			
Lindenberg Investimentos Ltda.	32.218.933/0001-46		
Diretor técnico			
Observação			

Administrador do Emissor			
SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ	757.342.495-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor técnico			
Pessoa Relacionada			
LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA	06.138.869/0001-83		
Diretor técnico			
Observação			

Administrador do Emissor			
SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ	757.342.495-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor técnico			
Pessoa Relacionada			
CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA.	06.152.137/0001-48		
Diretor técnico			
Observação			

SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ	757.342.495-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor técnico			
ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA.	60.665.379/0001-80		
Diretor técnico			
SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ	757.342.495-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor técnico			
LINDENHOUSE COMERCIALIZAÇÃO PRIVATE LTDA	09.123.487/0001-74		
Diretor técnico			
SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ	757.342.495-72	Subordinação	Controlada Indireta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor técnico			
SIEBENLIND REAL ESTATE INVESTIMENTOS LTDA.	33.856.131/0001-24		
Diretor técnico			
Observação			
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA	224.468.838-00	Subordinação	Controlador Direto
Diretor financeiro			
Pessoa Relacionada			
Lindenberg Investimentos Ltda.	32.218.933/0001-46		
Diretor financeiro			
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor financeiro			
LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA	06.138.869/0001-83		
Diretor financeiro			
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA.			
Diretor financeiro			
Observação	60.665.379/0001-80		
Administrador do Emissor			
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor financeiro			
Pessoa Relacionada			
CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA.	06.152.137/0001-48		
Diretor financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA Diretor financeiro Pessoa Relacionada	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Direta
LINDENHOUSE COMERCIALIZAÇÃO PRIVATE LTDA Diretor financeiro Observação	09.123.487/0001-74		

Administrador do Emissor			
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA Diretor financeiro Pessoa Relacionada	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Direta
SIEBENLIND REAL ESTATE INVESTIMENTOS LTDA. Diretor financeiro Observação	33.856.131/0001-24		
